

RECURSO ESPECIAL Nº 1.857.926 - PR (2020/0009778-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : BRUNNA KARELY LEITE DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão que negou provimento ao apelo defensivo, assim ementado:

PENAL PROCESSO PENAL ARTIGO 180 DO CÓDIGO PENAL RECEPÇÃO. CONDUÇÃO DE VEÍCULO FURTADO. ERRO DE TIPO. NÃO COMPROVAÇÃO. CIÊNCIA DA ORIGEM ILÍCITA DO BEM. INAPLICABILIDADE DO § 3º E 5º DO ARTIGO 180 DO CÓDIGO PENAL ARTIGO 304 C/C 297 DO CÓDIGO PENAL USO DE DOCUMENTO FALSO CERTIFICADO DE REGISTRO DE LICENCIAMENTO DE VEÍCULO (CRLV). MATERIALIDADE, AUTORIA E DOLO COMPROVADOS. CONDENAÇÃO MANTIDA. HONORÁRIOS ADVOGADO DATIVO. ARBITRAMENTO PELO JUÍZO DE ORIGEM.

1. Comprovada a origem ilícita do automóvel conduzido pela ré, cumpre à defesa, nos termos do art. 156, caput, do Código de Processo Penal, demonstrar a existência do alegado erro de tipo, ou seja, que o acusado desconhecia a origem ilícita do bem.
2. O flagrante e a conduta da ré permitem concluir que a acusada tinha ciência da origem ilícita do veículo, configurando o delito de receptação.
3. Presente prova da materialidade, da autoria e do dolo no agir, bem como inexistentes causas excludentes da culpabilidade ou da ilicitude, impõe-se manter a condenação da ré pela prática do crime de receptação (art. 180, caput, do Código Penal).
4. Constatado nos autos que a ré tinha conhecimento da ilicitude do bem e, portanto, agiu com dolo, não se aplica ao caso a receptação culposa, conforme prevê o § 3º do artigo 180 do Código Penal.
5. O perdão judicial de que trata o parágrafo 5º, do artigo 180, do Código Penal, refere-se à receptação culposa, tipificada no § 3º da aludida regra e não dolosa, como é o caso dos autos em que ficou demonstrado que a ré tinha conhecimento da ilicitude do bem.
6. Autoria e materialidade do delito do artigo 304 do Código Penal imputado na denúncia estão consubstanciadas pelo conjunto probatório, destacando o laudo pericial que constatou a inautenticidade do CRLV que a ré apresentou à autoridade policial.
7. No que diz respeito ao dolo, elemento subjetivo do tipo, restou comprovada nos autos a vontade livre e consciente da ré em apresentar à autoridade policial o documento falsificado.
8. O arbitramento dos honorários advocatícios do defensor dativo deve ser feito pelo juízo de origem após o trânsito em julgado da ação.

Sustenta a defesa violação dos arts. 65, III, d, do Código Penal.

Aduz que deve ser reconhecida, quanto ao delito uso de documento falso, a atenuante da confissão espontânea, nos termos, inclusive, do que preceitua a Súmula 545/STJ.

Requer o provimento do recurso, a fim de que seja reconhecida a confissão, reduzindo-se a pena aplicada. Subsidiariamente, caso se entenda pela necessidade de revolvimento probatório, pugna seja o feito remetido à origem para a apreciação da prova, integração da motivação e aplicação do entendimento alcançado pelo STJ sobre a matéria de direito.

Contra-arrazoadado e admitido na origem, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

DECIDO.

Cinge-se a pretensão recursal ao reconhecimento da atenuante da confissão quanto à prática do delito de uso de documento falso. Acerca do tema o Tribunal de origem assim decidiu (fls. 359-360):

DOSIMETRIA

Oportuno esclarecer, antes da análise do acerto, ou não da sentença no que diz respeito à aplicação da pena para os crimes de receptação e uso de documento falso, acerca do pleito da defesa para reconhecimento da confissão parcial.

[...]

Ocorre que, **no caso concreto, a ré, surpreendida em flagrante, não confessou a prática dos crimes de receptação e uso de documento falso, apenas limitou-se a confirmar que dirigia o carro receptado e apresentou a documentação requerida pelos policiais, não sendo esta confissão parcial valorada para a condenação.**

Por esta razão, mantenho a sentença que não reconheceu a confissão parcial.

[...]

A sentença estabeleceu pena para os crimes de receptação e uso de documento falso da seguinte forma (evento 78 da ação penal):

2.4.2. Do uso de documento falso

A culpabilidade mostra-se normal à espécie. Os antecedentes criminais não são negativos. Nada há nos autos que o desfavoreça quanto à conduta social. Quanto à personalidade, nada que fundamente valoração negativa. No que respeita aos motivos do crime, mostram-se comuns à espécie. Circunstâncias normais. Consequências afastadas, diante da ausência de provas de prejuízos de terceiros. Por fim, resta prejudicada a análise da circunstância referente ao comportamento da vítima.

Assim, em consideração ao conjunto das circunstâncias judiciais acima analisado, fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 02 (dois) anos de reclusão.

Aplicável a circunstância agravante do artigo 61, inciso II, alínea b, do Código Penal, pois o uso de documento falso foi praticado para assegurar

a vantagem da receptação (TRF4, ACR 5004256-15.2012.404.7118, Oitava Turma, Relator pi Acórdão Leandro Paulsen, juntado aos autos em 16/10/2015), com aumento de 1/6 (um sexto) da pena, a totalizar 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão.

Não se enquadra à espécie a circunstância atenuante da confissão, na medida em que a ré não confessou a prática delituosa que lhe era imputada. Ao negar dolo, nega a prática do crime. A admissão apenas de parte dos fatos não permite a atenuante (STJ, HC 301.063-SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 3/9/2015, DJe 18/9/2015).

Não há outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, tampouco causas especiais de aumento e diminuição da pena, razão pela qual resta a pena privativa de liberdade definitivamente fixada em 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão.

Na fixação da pena de multa serão levados em conta todos os elementos considerados para mensurar, de forma definitiva, a pena privativa de liberdade. Nessa toada: TRF4, E1NACR 2002.71.13.003146-0, Quarta Seção, Relator Luiz Fernando Wowk Penteado, D.E. 04/06/2007.

Destarte, aplicando a pena de multa de forma proporcional à privativa de liberdade acima aplicada, fixo-a em 40 (quarenta) dias-multa.

Quanto ao valor do dia-multa, atendendo à sua situação econômica, fixo cada dia-multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos, devendo o valor ser atualizado monetariamente até o efetivo pagamento, de acordo com o artigo 49, § 2º, do Código Penal.

[...]

Ao crime de uso de documento falso com incidência das penas cominadas no art. 297 do Código Penal, aplicam-se as penas de 2 (anos) a 6 (seis) anos de reclusão e multa. (e-STJ FI.362)

No caso concreto, na primeira fase, o juízo de primeiro grau examinou as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, considerando inexistentes vetoriais negativas. Diante disso, fixou a pena-base no mínimo legal, a saber, 2 (dois) anos de reclusão.

Na segunda fase, ausentes atenuantes, mantenho o reconhecimento da agravante prevista no artigo 61, inciso II, "b", do Código Penal, na medida em que a ré praticou o crime para assegurar a ocultação ou a impunidade do crime de receptação.

Correto, portanto, o aumento da pena em 1/6 e fixação da pena provisória em 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão.

Na terceira fase, ausentes causas de aumento e de diminuição, mantenho a pena definitiva fixada em 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão.

Extrai-se da sentença, mantida pelo Tribunal de origem, a informação de que *durante a instrução processual, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, a ré expressamente reconheceu em seu interrogatório que conduzia o veículo e que apresentou o documento aos policiais. Nega, apenas, a presença do elemento subjetivo, com o fito de tornar atípica sua conduta* (fls.

260).

Com efeito, conforme entendimento consagrado no âmbito desta Corte, a confissão parcial, em que o réu admite parte dos fatos a ele imputados, deve ser considerada para atenuar a pena, nos termos do art. 65, III, *d*, do Código Penal, bastando que tenha servido para embasar a condenação. Confira-se:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ROUBO. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. CONFISSÃO PARCIAL. RÉU QUE ADMITE A SUBTRAÇÃO, MAS NÃO A VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA. POSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A confissão parcial, em que o réu admite parte dos fatos a ele imputados, deve ser considerada para atenuar a pena, nos termos do art. 65, III, *d*, do Código Penal, bastando que tenha servido para embasar a condenação. Precedentes.

2. Embora a mera subtração tipifique o crime de furto, também constitui uma das elementares do delito de roubo, crime complexo, consubstanciado no furto associado ao constrangimento - violência ou grave ameaça -, daí a configuração da confissão parcial.

3. Agravo improvido (AgRg no REsp 1681917/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017).

Na espécie, contudo, como bem observado pela Corte de origem, a ré não faz jus à atenuante do art. 65, III, *d*, do CP, limitando-se a admitir ***que dirigia o carro receptado e apresentou a documentação requerida pelos policiais***, fatos que, sem a presença de dolo ou culpa, não constituem qualquer ilícito penal.

Não se trata, na espécie, portanto, de confissão sequer parcial, em que o réu admite parte das elementares do tipo penal violado, ou qualificada, em que o réu admite a prática da conduta delitiva, mas acrescenta que assim agiu sob o pálio de alguma excludente de ilicitude, aptas a justificar a incidência da atenuante.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator